

# IMPLEMENTANDO O PROGRAMA DE ACÇÃO REGIONAL DA ÁFRICA AUSTRAL: IDÉIAS PARA APOIO PRÁTICO DE PROJECTOS

---

Durante a realização do seminário, efectuaram-se discussões para identificar projectos práticos dentro do quadro referencial do Programa de Acção Regional para a África Austral.<sup>1</sup>

As seguintes ideias para projectos práticos, as quais são propícias para possível apoio da parte da UE, seus estados membros, e outros governos e organizações interessados surgiram durante as discussões e receberam apoio geral da parte dos participantes.

Estas ideias podem ser categorizadas em 4 temas gerais:

- projectos com base em pesquisa;
- oportunidades para apoio operacional;
- capacitação institucional e perícia em sectores essenciais; e
- conciençialização sobre o problema da proliferação de armas ligeiras.

As sugestões são discutidas abaixo sob os pontos focais apresentados nas sessões e workshops durante o seminário.

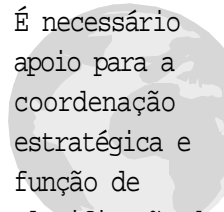
## ASPECTOS OPERACIONAIS PARA RESOLUÇÃO DO TRÁFICO ILEGAL DE ARMAS

### Reforço da capacidade da polícia

É necessário apoio para a coordenação estratégica e função de planificação da SARPCCO através da assistência para reforça de capacidade e apoio para o estabelecimento de um plano de acção coordenado para a região.

---

7 2 1 Esta apresentação combina as propostas da sessão final e dos workshops.



É necessário apoio para a coordenação estratégica e função de planificação da SARPCCO

Poderiam ser elaborados programas de formação para as forças policiais de modo a estandardizar as práticas operacionais por todos os países da região. Por exemplo, a SARPCCO elaborou cursos de formação para controlo de fronteiras e troca de informações (secretas) de inteligência (com a Interpol) os quais poderiam ter apoio. Alguns países não têm posses para enviar os seus oficiais da polícia para frequentarem tais cursos, e poder-se-ia providenciar assistência de modo a permitir-lhes frequentar esses cursos.

É necessário a formação e capacitação para estabelecer unidades especializadas em armas de fogo e tráfico ilegal dentro dos estados membros da SADC. Um número de países da África Austral precisa da necessária especialização e capacidade técnica em áreas vitais relacionadas com armas de fogo, tais como balísticas. Uma possibilidade poderia ser estabelecer um centro de formação regional o qual seria responsável por compartilhar informações e coordenar os esforços de capacitação.

Reforço das capacidades e facilitação da cooperação entre agências por toda a região

É necessária assistência técnica para melhorar a capacidade dos agentes da alfândega e dos guardas de fronteiras. Esta poderia incluir a provisão de formação e equipamento (tal como telemóveis e veículos). A relação custo-benefício para incluir 'scans' para contentores em pontos de entrada vitais, deveria ser investigada.

São necessários programas de formação sobre o impacto do tráfico ilegal de armas, para o sector judicial. Estes poderiam encorajar uma abordagem mais eficiente em relação a transgressões com armas e resultariam num reforço do cumprimento das leis.

São necessários programas para facilitar uma melhor cooperação regional entre a polícia,

oficiais de alfândega, guardas de fronteira e o sector judicial, e para melhorar a capacidade das operações conjuntas. Até à data, tais operações envolveram, na sua maioria, cooperação trans-fronteiras entre as polícias da região.

#### Encorajar a troca de informações

Uma das prioridades chaves é maximizar a capacidade dos países membros da SADC para utilizarem o existente banco de dados IWETS da Interpol o qual retém informação sobre armas de fogo usadas em actos criminosos. Alguns dos países não têm capacidade - em termos técnicos e de recursos humanos - para fazer pleno uso deste recurso.

O estabelecimento de um banco de dados regional separado, sob o controlo da SARPPCO para recolher e armazenar informação associada com a circulação de armas ligeiras, poderia também ser útil. Esta poderia lançar informação sobre todos os fluxos de armas ilegais, e não só aquelas usadas em crimes. Poder-se-iam estabelecer centros nacionais de coordenação com uma pessoa permanente treinada, que seria responsável pela recolha de informação sobre armas de fogo ilegais.

#### Encorajar troca de informações (secretas) de inteligência

Muito embora a maioria das operações da SARPPCO foram guiadas pela disponibilidade de recursos, há um reconhecimento crescente da necessidade de as tornar em operações baseadas na Inteligência (tal como foram as Operações Rachel). No entanto, existe ainda uma relutância na região para centralizar informações de inteligência sobre circulação de armas, operações de contrabando e esconderijos de armas. A importância de se compartilhar informação precisa de ser sublinhada ao nível político e operacional. Pediu-se aos chefes dos serviços de inteligência na região que propusessem ideias para mais operações conjuntas que os doadores poderiam apoiar.

#### Gestão responsável de reservas e destruição de excedentes de armamento

Existe necessidade de estabelecer um programa coordenado pelos estados membros da SADC para assegurar que todas as armas nos seus territórios estejam adequadamente marcados, seguramente armazenados e que sejam mantidos registos actualizados. A assistência técnica poderia incluir a provisão de tecnologia para marcar as armas e instituição de bancos de dados.

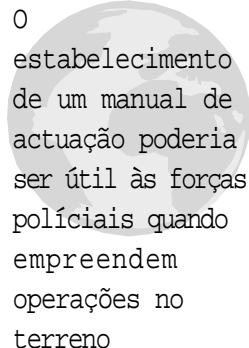
estes efectuem uma auditoria completa dos seus inventários de reservas nacionais de armas (incluindo todas as armas na posse das forças militares, policiais e outras forças de segurança). Se tais auditorias tiverem lugar, apresentarão uma oportunidade importante para os países registarem e marcarem as armas em sua posse. Apoio técnico e financeiro será necessário para tal. Será necessário apoio para a manutenção de registos correctos e actualizados de armas em posse de civis e em reservas governamentais. A criação de um registo central computarizado de armas de fogo em cada estado membro é um importante objectivo, para o qual será necessário apoio técnico e financeiro.

É necessário o estabelecimento de um sistema para facilitar a destruição de armas confiscadas e armamento excedentário. Este deveria incluir um sistema de verificação e controlo da destruição de armas. Assistência da parte de doadores poderia incluir a provisão de tecnologia para a destruição de armamento confiscado em todos os países da SADC.

#### Relação polícia-comunidade na resolução do tráfico ilegal

O estabelecimento de um manual de actuação poderia ser útil às forças policiais quando empreendem operações no terreno. Um aspecto importante seria analisar como estimular e recompensar o envolvimento da comunidade.

São necessárias abordagens criativas na resolução do tráfico ilegal de armas. Por exemplo, o 'Captain Crime-Stop' na África do Sul é um modelo que poderia ser alargado e desenvolvido de modo a aumentar o envolvimento do público no tráfico e uso ilegal de armas.



O estabelecimento de um manual de actuação poderia ser útil às forças policiais quando empreendem operações no terreno

## INTENSIFICAÇÃO DE CONTROLOS LEGAIS SOBRE A POSSE E TRANSFERÊNCIA DE ARMAS

Uma revisão da legislação doméstica sobre armas de fogo e a elaboração de uma política comum

Uma revisão global por todos os governos da SADC da sua respectiva legislação sobre armas de fogo (incluindo controlos sobre a posse, produção, exportação, importação, trânsito, comercialização e uso final de armas) poderia ser apoiada através da provisão de assistência e perícia técnica.

O desenvolvimento de uma política regional sobre armas ligeiras representaria um importante progresso no controlo de armas de fogo em posse legal, e na prevenção e combate do tráfico ilegal de armas. Uma opção poderia ser financiar uma comissão de pesquisa para efectuar uma análise comparativa das melhores práticas nas várias regiões, tais como aquelas representadas pela OEA e pela UE.

A avaliação das necessidades legítimas de defesa e exigências associadas as reservas nacionais de armas ligeiras - para impedir acumulações destabilizadoras na região da SADC - poderia ser assistida com apoio técnico e financeiro. Este poderia incluir a provisão de programas modelos computarizados e apoio em seminários regionais para instituição de confiança os quais poderiam juntar os principais actores tais como a SADC, SARPPCCO e a ISDSC.

### Encorajar a harmonização de controlos

Existe uma necessidade para se estabelecer um mecanismo para troca de informação permanente e coordenada entre os países da África Austral relativamente a legislação e regulamentos sobre armas de fogo. A UE poderia providenciar assistência técnica e financeira a tal processo e poderia apoiar um seminário organizado pelo sub-comité legal da SARPPCCO para explorar como e que informação pode ser trocada.

Muitos dos países da SADC talvez necessitem de assistência de modo a harmonizar os controlos. Por exemplo, alguns países podem requerer assistência para elaborar a legislação, enquanto que as principais necessidades de outros países pode ser assistência na implementação geral da legislação, por exemplo, treino para peritos em balísticas.

O desenvolvimento de um mecanismo regional efectivo para importação, exportação, certificação do utente-final e modo final de uso poderiam

ser apoiados. Todos os países da região são possíveis fornecedores de armas ligeiras, no entanto os presentes controlos são inadequados. Os países da SADC estão em via de implementar um sistema de certificação regional para registo de viaturas. Certificados com marca d'água podem ser lançados na agência da Interpol em Harare. O desenvolvimento de um sistema paralelo para o registo e transferência de armas ligeiras dever ser analisado. Pré-notificação de transferências entre países da região seria também um passo importante.

Muitos dos países da SADC talvez necessitem de assistência de modo a harmonizar os controlos

### Estabelecendo agências nacionais para armas de fogo

O estabelecimento de uma agência nacional para armas em cada estado membro da SADC exigirá assistência técnica e financeira. Tais agências poderiam ser responsáveis pela política de coordenação nacional e poderiam também facilitar a harmonização regional tornando-se pontos de contacto no sistema de desenvolvimento de política regional.

### Apoio ao envolvimento da África Austral em negociações internacionais

A participação dos países da SADC nas negociações para o protocolo da ONU sobre armas de fogo, necessita de ser aumentada. De momento, poucos países podem custear as despesas aqui envolvidas e não participam nas discussões.

A participação alargada dos governos da África Austral nas negociações para o protocolo sobre armas de fogo pode também assistir no desenvolvimento de um protocolo regional na África Austral. O progresso a nível regional, por outro lado, poderia permitir a expressão das necessidades e prioridades da África Austral nas negociações internacionais com vista à conferência da OUA a realizar-se em 2000 e a conferência da ONU sobre armas de fogo, a realizar-se no ano dois mil e um.

## REMOÇÃO DE ARMAS DA SOCIEDADE

### Melhoria das relações entre a polícia e a comunidade

O estabelecimento de fóruns polícia-comunidade onde as comunidades locais e a polícia se reúnem para discutir a proliferação de armas ligeiras e controlo de armas poderia ser apoiado pelos governos da UE. Tais estruturas são partes importantes de instalar a confiança e ajudar a população local a colaborar com a polícia e a ajudar a indentificar prioridades para acção sobre armas ligeiras e a encorajar a gestão responsável de armas legais.

### Promoção do envolvimento da comunidade para combater a proliferação do tráfico ilegal

São necessárias campanhas de consciencialização para encorajar o apoio popular para as operações conjuntas de policamento, estimular uma melhor participação nos programas de recolha e reduzir a procura local de armas como utensílios para resolução de conflitos.

Poder-se-iam apoiar uma série de seminários para assegurar a participar dos actores 'mudos' das comunidades, tais como mulheres, a igreja, a juventude e trabalhadores na área cultural. A SADC tem uma unidade de género, a qual está já a trabalhar junto de crianças-soldados e com apoio, poderia estender o seu trabalho a outras áreas. Muitos dos grupos de igrejas já estão envolvidos nestas questões.

O desenvolvimento de programas comunitários de rádio que tratem de questões de armas ligeiras e culturas de violência, apresenta-se como uma possibilidade importante. Poder-se-iam intensificar duas estruturas existentes - o projecto da rádio comunitária da UNESCO e a rádio SADC a qual presentemente vai ao ar por uma hora, duas vezes por semana, por toda a região. As ONGs e os grupos da comunidade poderiam ser encorajados a desenvolver projectos radiofónicos de colaboração por toda a região.

A pesquisa para avaliar as atitudes da comunidade local em relação a armas ligeiras é uma parte importante do envolvimento das comunidades e deveria ser apoiado pelos doadores. Tal pesquisa poderia ajudar a identificar áreas e actores para receberem recursos.

Desde que a maioria das armas remanescentes nos esconderijos em Moçambique se encontra a alguma distância da fronteira com a África do Sul, o alargamento das Operações Rachel mais par norte de Moçambique deveria ser apoiado.

O estabelecimento de operações bilaterais (baseadas na experiência Rachel) entre outros países na região, deveria ser explorado, particularmente com relação a países que são, ou têm probabilidades de vir a ser fontes principais de armas ilegais, quando for estabelecida neles a paz. A pesquisa sobre fluxos de armas e esconderijos é necessária para identificar futuras operações conjuntas para apreensão de armas.

Requere-se um programa coordenado e com fortes recursos para recompensar e assegurar a continuação de trabalho a ser efectuado nas comunidades que assistiram a identificar esconderijos e remessas de armas ilegais. As recompensas deveriam ser dadas, preferivelmente, às comunidades e não aos indivíduos e, a este respeito, a possibilidade de se efectuarem programas de desenvolvimento da comunidade (à semelhança do projecto Gramsh na Albânia) deveria ser explorada.

#### RECOMENDAÇÕES GERAIS

##### Melhoria da parceria e coordenação

Existe a necessidade de um mecanismo através do qual os oficiais da SARPCCO e da SADC e as ONGs possam efectuar contactos com doadores para assistência em projectos e através dos quais a pesquisa, as necessidades operacionais, de formação e capacitação podem ser equiparadas com os tipos de apoio que os doadores podem oferecer. O grupo de trabalho da UE-SADC deveria procurar desenvolver tal mecanismo. Uma possibilidade seria estabelecer um pequeno fundo para armas

O estabelecimento de operações bilaterais (baseadas na experiência Rachel) entre outros países na região, deveria ser explorado

para projectos na região da SADC com linhas directrizes precisas sobre os tipos de assistência disponíveis e o critério regulador das circunstâncias em que este pode ser providenciado.

### Definição do papel do grupo de trabalho da UE-SADC

Foi sugerido que o grupo de trabalho conjunto UE -SADC sobre armas ligeiras poderia constituir um fórum para discussão das necessidades prioritárias da região e assistir na coordenação tanto dentro como entre a SADC e a UE. Poderia desenvolver uma estratégia conjunta para a implementação do Programa de Acção e ajudar a delinear possíveis projectos para apoio. O grupo de trabalho deveria também ser usado para orientação, feedback e avaliação de projectos.

### Provisão da assistência de emergência

Dever-se-ia chegar a um acordo sobre as medidas preventivas para controlar a possível proliferação em massa por toda a região quando a guerra finalmente acabar em Angola e na RDC. Um passo seria para os governos doadores apoiarem a criação de uma equipe técnica (taskforce) composta por oficiais da SADC/SARPCCO que entrariam em Angola e na RDC numa fase inicial durante as conversações de paz, para efectuar uma avaliação das necessidades legais e de policiamento, de desarmamento e manutenção de paz. Seriam necessários recursos tais como formação e equipamento para apoiar o grupo e a sua capacidade técnica seria acentuada através de consultas com peritos que tenham estado envolvidos em operações semelhantes noutras situações de pós-conflito.